

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE
2000.**

Às dezessete horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de dezembro de dois mil, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador José Fogaça, e com a presença dos Senhores Senadores, Roberto Saturnino, Francelino Pereira, Lúcio Alcântara, Leomar Quintanilha, Maria do Carmo Alves, Sebastião Rocha e Agnelo Alves, reúne-se a Subcomissão do Cinema Brasileiro. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião administrativa, tem como objetivo a apresentação e discussão do Relatório Final. A Presidência passa a palavra ao Relator Geral, Senhor Senador Francelino Pereira, para proferir o relatório. Após o pronunciamento do relator, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Subcomissão. Finda a discussão, a Presidência comunica aos Senhores Senadores presentes que está aberto o prazo para emendas ao Relatório Final e agenda para o dia doze (12) de dezembro, de dois mil (2000), terça-feira próxima, a votação do Relatório Final. O Senhor Presidente agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezoito horas e quinze minutos determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão do Cinema Brasileiro**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**SENADOR JOSÉ FOGAÇA
PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) - Está aberta a 4ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se no dia 05 de dezembro de 2000, terça-feira, após a Ordem do Dia.

Estamos presentes neste encontro marcante, definidor dos trabalhos dessa Subcomissão de Cinema e temos como item único da pauta, hoje, a apresentação e discussão do relatório final por parte do Senador Francelino Pereira. S. Exª já deu conhecimento, por escrito, do texto do seu relatório, que é um trabalho alentado de 90 páginas, que todos os Srs. Senadores integrantes da Comissão já têm em mãos.

Vamos pedir, então, que o Senador Francelino Pereira faça a apresentação do seu relatório com a síntese que ele mesmo organizou, no sentido de facilitar, neste momento, a apresentação do trabalho para os Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, uma palavra inicial. Os trabalhos da Comissão se realizaram, nos primeiros meses, dentro de um clima bastante produtivo, com repercussão na imprensa e convencendo a opinião pública de que, efetivamente, o Senado da República estaria proferindo uma ação da Instituição junto à indústria cinematográfica.

Até então, pelo menos do meu conhecimento, não tivemos nenhum documento, nenhum seminário, nenhum encontro que debatesse o assunto, o tema, num ângulo maior.

A decisão foi, efetivamente, de elaborar este relatório, depois de numerosas audiências públicas, e, ao mesmo tempo, tendo em vista a elaboração de propostas de modificação na legislação normativa, resoluções ou lei, e também propostas novas que pudessem resultar das audiências públicas, do debate de que participamos e também do congresso nacional, que se realizou no seu Estado, o Rio Grande do Sul.

Afinal, a elaboração de um documento dessa natureza não pode ser feita de uma forma rápida, porque temos, efetivamente, a nosso ver, que oferecer à indústria cinematográfica, ao chamado povo do cinema, um documento que retrate esse esforço que estamos realizando para chegar a conclusões definitivas.

Então, elaboramos um documento de praticamente 100 páginas e, ao mesmo tempo, uma síntese desse documento, do qual vamos dar conhecimento aos membros da Comissão.

Encontra-se com cada um de nós o texto do relatório final dos trabalhos da Subcomissão do Cinema, do Senado Federal. É um texto de 20 páginas. Permito-me, pois, apresentar de forma reduzida, mas não menos essencial, aquilo que nele está contido.

O cinema brasileiro é feito por um pequeno grupo de homens e mulheres, numa luta aparentemente invencível. Esses homens e mulheres são como os bravos de Leônidas, no Desfiladeiro das Termópilas, a segurar uma horda de bárbaros. Pensamos, pois, que de sua peleja florescerá uma grande civilização.

Neste relatório, alguns desses homens e mulheres têm voz. Saímos, portanto, do frio relatório burocrático, impessoal, vazado em jargão técnico, que aparenta conhecimento sobre o artifício de seguras generalizações retóricas, para produzir um texto em que se sente o fragor e os perigos da peleja cinematográfica em nosso País.

Assim, o leitor ouvirá Roberto Farias descrever candidamente a luta, no momento, da Embrafilme. Ele verá o gaúcho Gustavo Dahl avançar incansável em todas as frentes com duas espadas cruzadas ao peito, o Martin Fierro do nosso cinema. E, no final, Luís Carlos Barreto descrever o Brasil como uma montanha de cultura, equiparando-o às montanhas de ferro de Minas Gerais. Lamento que no Rio Grande do Sul não haja montanhas de ferro, mas há outras coisas maiores.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Há montanhas de carvão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – E mais, neste relatório, o leitor acompanhará o lado difícil da Lei do Audiovisual, por meio dos problemas do Projeto Chateau, de Guilherme Fontes, e das medidas tomadas pelo Governo para resolvê-los. O leitor verá toda a complexidade da luta pelo cinema brasileiro exacerbada ainda mais por um momento repleto de mudanças tecnológicas. O leitor verá que a luta não é apenas pelo cinema brasileiro. A luta acontece e só tem sentido se for por algo muito maior: se for pela civilização brasileira e pela expressão do povo brasileiro no cenário universal.

O cinema não é um fim, em si mesmo; é um instrumento. A luta nesse estágio ainda é, portanto, bastante primitiva. É uma luta pelo instrumento, pela nossa equipagem.

Somado aos sentimentos fortes que a luta enseja, esse relatório traz análise também, uma análise objetiva que dá às coisas e aos processos os seus nomes mais verdadeiros e mais expressivos, porque, como bem disse o Barretão, estamos em um ponto dessa peleja antiga em que não dá mais para tratar das coisas a panos quentes.

Foi elaborada uma análise objetiva, porque esta Comissão foi criada com a finalidade de inserir o cinema na agenda política brasileira, e o resultado do seu trabalho deve consolidar esse propósito. Era preciso tratar das coisas do cinema de uma forma impessoal, imparcial e realista, como de fato a comissão tratou.

Essa análise leva em conta, finalmente, que a geração do cinema novo, feita daqueles que estão lá no desfiladeiro, está passando e que uma nova geração vai tomando o seu lugar, oferecendo, aos herdeiros da luta pela grande civilização brasileira por intermédio do cinema, esforço e discernimento da melhor política a seguir.

Em seguida, a estrutura do relatório. Este relatório está dividido em dez seções. As cinco primeiras são de cunho burocrático e referem-se aos requerimentos: o da criação da Subcomissão com a devida justificativa e outro, da prorrogação dos trabalhos, as composições da Subcomissão, o plano das audiências por blocos temáticos, a cronologia das reuniões realizadas e as atas das reuniões.

As cinco seções seguintes são de cunho substantivo. São elas: o resumo das audiências, uma crônica do cinema no período de existência da Subcomissão, um relatório analítico, um programa para novos trabalhos e uma proposta legislativa sobre taxação.

Farei, a seguir, breves exposições sobre o que há de substantivo em cada uma dessas seções.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Nobre Senador, concede-me V. Ex^a um parte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Tendo em vista que o documento foi distribuído a todos os Srs. Senadores da Comissão e que V. Ex^a se encontra evidentemente com dificuldades na locução em decorrência de um resfriado forte, sugeriria que V. Ex^a fizesse a leitura da parte propositiva sobre o programa – definida nas três ou quatro últimas páginas –, levando em consideração que as demais partes descrevem, como já disse V. Ex^a, o resumo das audiências, a crônica do cinema e etc. Cada um de nós lerá o relatório com muito interesse, porém poderíamos nos concentrar na parte propositiva, até para poupar a laringe de V. Ex^a que, hoje, evidentemente, está muito afetada.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Estou de acordo com V. Ex^a, se assim consentir o Presidente, até porque, efetivamente, todos nós vamos nos debruçar sobre este documento, de preferência até nos aviões, para nos aprofundarmos mais.

Sobre o programa, já na página 17, dois fatos recentes marcam, de forma determinante, o panorama político do cinema brasileiro. O primeiro é um encaminhamento de solicitação para a transformação da atual Subcomissão do Cinema Brasileiro no Senado Federal em comissão permanente, consignado no capítulo destinado às propostas de ação em item que trata da organização do setor, o relatório do terceiro Congresso Brasileiro de Cinema, realizado em Porto Alegre, em julho de 2000.

2) A criação do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema, por intermédio do decreto do Presidente da República, de 3 de setembro de 2000, no âmbito do Ministério da Cultura, sob a coordenação do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Dada a sua representatividade e o seu alcance, tem indiscutível impacto. A página 20 versa sobre a proposta legislativa.

Finalmente, digo aos Srs. Senadores que existe um razoável entendimento sobre a conveniência de atualização do Decreto-Lei nº 1.900, de 21 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional.

Estudos preliminares indicam que a atualização desse Decreto-Lei no sentido de cumprir a programação das mídias novas, tais como as TVs por assinatura, o CD-ROM, o DVF e o DVD, redundaria numa arrecadação da ordem de R\$40 bilhões a R\$60 bilhões.

Segundo informação do Ministério da Cultura, o número de filmes registrados, portanto, que pagaram a taxa caiu de 7.646, em 1994, para 1.390, em 1998. Por aí se pode ter uma idéia do tamanho da evasão fiscal hoje existente.

Essa proposta constitui um passo importante rumo à reformulação e à consolidação da legislação vigente.

É o que tenho a dizer na apresentação do relatório final da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Agradecemos ao Senador Francelino Pereira. Este Presidente, principalmente, não pode deixar de registrar a importância deste momento. Temos aqui, com o relatório, a proposta de lei. O projeto de lei do Senado está na página 92 do relatório maior, mais completo. Essa proposta de taxação me parece ser um bom corolário, uma boa conclusão e sintetiza bem o que foi o conjunto das audiências e todo o trabalho realizado.

Neste momento em que V. Ex.^a apresenta um relatório tão substantivo, tão alentado e tão bem estruturado, independentemente dos acréscimos, dos aditamentos que venham a fazer os Srs. Senadores, quero cumprimentar V. Ex.^a pelo trabalho realizado e, sobretudo, porque V. Ex.^a foi o idealizador desta Subcomissão, ou seja, é o seu motor emocional. Por isso, como Presidente, faço esse registro e agradecimento.

A palavra está à disposição dos Srs. Senadores que dela quiserem fazer uso, em função do relatório aqui apresentado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero secundar V. Ex.^a na apreciação e no cumprimento que fez ao Senador Francelino Pereira, que, como V. Ex.^a classificou, é o motor emocional. É também o motor físico porque produziu um relatório efetivamente substancial e rico em proposições, comentários e análises. Portanto, vai exigir um tempo de leitura de nossa parte, que, obviamente, não se pode concluir na reunião de hoje. Foi distribuído a todos o relatório e devemos ter condição de lê-lo até a próxima semana, quando - quem sabe - nos reuniremos para votá-lo. O relatório, desde já, é elogiável sob todos os pontos de vista: o esforço, a pertinência, o interesse demonstrado pelo Relator, pelo Presidente e pelos membros componentes desta Subcomissão, que, pela própria proposição do Relator, deverá transformar-se em permanente, o que será - acredito - um grande alento ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira.

Registro também os meus cumprimentos e digo que, na próxima semana, estarei em condições de, após a leitura, emitir o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – A palavra continua à disposição. (Pausa.)

Entre as decisões que temos de tomar hoje, uma delas está mais ou menos imbricada com essa proposição, ou sugestão, apresentada pelo Senador Roberto Saturnino, de que realizemos a reunião que, por fim, vai votar o relatório na semana que vem. Então, indago do Plenário da Comissão se há alguma data em especial, principalmente ao Relator, que é quem enfim deverá receber as emendas, se houver, e deve dar parecer sobre elas, se haverá um dia da semana que vem que possamos marcar para isso, ou se já poderíamos marcar para a próxima quinta-feira? Como há uma homenagem a Gustavo Capanema na quinta-feira, segundo me consta, e V. Ex.^a é um dos

oradores, isso traria dificuldade a que na parte da manhã fizessemos a reunião, e na parte da tarde as dificuldades são naturais.

Então, indago se poderíamos marcar para a próxima terça-feira da semana que vem, após a Ordem do Dia, para a votação já do relatório?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, penso que sim, de minha parte estarei aqui na terça-feira após a Ordem do Dia, para votarmos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar aos membros da Comissão - e vamos conversar também com aqueles que não puderam comparecer - que todos nos debruçássemos sobre esse documento, sobre o que possivelmente possa faltar ainda na dimensão do texto, nas recomendações finais, e também nos preparássemos para tomar posições, não apenas do ponto de vista formal, que é importante por ser substancial, mas também mantendo contatos com as lideranças do cinema, da indústria cinematográfica, e com o próprio Governo, através do Ministério da Cultura, no sentido de adotarmos medidas o mais próximo possível, se possível imediatamente, ou na reabertura do Congresso Nacional no próximo ano. Se pudermos, ainda na próxima semana, poderíamos apresentar um calendário de proposições. O Rio Grande do Sul realmente forneceu uma boa visão dessa perspectiva de mostrarmos o que pode ser proposto para o debate do começo do ano e o que pode ser debatido através de contatos, ou visitas ainda este ano, com algumas autoridades e com o Ministério da Cultura.

A nossa preocupação é de conferir objetividade às nossas decisões. Todo esse esforço realizado não foi apenas para promover as audiências públicas e os entendimentos diversos, mas também para preparar esse texto que deve receber um minucioso estudo detalhado de cada um dos membros da Comissão. Eu tomaria até a liberdade de sugerir que cada um também tirasse cópia e mandasse às pessoas que se interessam pela indústria cinematográfica brasileira, a fim de que possamos concluir o ano com um documento que represente, de fato, as expectativas que criamos no início dos nossos debates.

Sr. Presidente, essa é a minha sugestão, a minha proposição e o pedido que faço a todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Há alguns pontos que poderíamos inclusive hoje analisar, se for do entendimento dos Srs. Senadores. Mas creio que, sem que tenha havido uma leitura, sem que tenha havido realmente esse exame minucioso, não teríamos condições de fazer um debate consistente, embora todos nós aqui, de uma maneira ou de outra, tenhamos um pouco na cabeça, ainda, aquilo que foi ouvido, nas audiências públicas, das pessoas mais representativas do cinema brasileiro em todos os segmentos, como o da produção, da distribuição, exibidores, produtores e pessoas ligadas ao Governo e ao Ministério da Cultura aqui estiveram.

Não pudemos trazer o Ministro, mas trouxemos o Secretário de Audiovisual, que fez uma exposição extremamente esclarecedora da posição do Governo e das providências que tem sido tomadas.

Em função disso, não tendo mais nada a debater e a tratar na questão, convoco a sessão para a apreciação do relatório podendo os Srs. Senadores oferecerem emendas ou aditamentos que devem ser encaminhadas para a Secretária desta subcomissão para a próxima terça-feira, às 17 horas e 30 minutos, após a Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 18h07min)